

ATA NÚMERO 2.732 DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2025.

Aos 17 (dezesete) dias do mês de Março do corrente exercício de 2.025, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlandia, Estado de São Paulo, sob a Vice -Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Dra. Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.732 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino da Independência e do Hino de Orlandia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (09) nove comparecimentos e (02) dois ausentes (Vereador Max Leonardo Define Neto e Rafael Palma de Araújo). Ata transcrita nos termos do artigo 113, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Orlandia. **PRESIDENTE:** Passando ao expediente, coloquem votação a ata da sessão ordinária do dia 10 e da extraordinária do dia 12. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Atas aprovadas por nove votos e duas ausências. Solicito a Primeira Secretária, doutora Juliane, para que faça a leitura das matérias constante da pauta da sessão. **JULIANE: PROJETO DE EMENDA N. 01/2025**, de autoria do Poder Executivo que "Revoga do inciso I do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de Orlandia." **PARECER JURÍDICO:** Possibilidade de alteração da Lei Orgânica conforme disposto no artigo 69 da Lei Orgânica de Orlandia. Legalidade da revogação do inciso I no segundo parágrafo do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de Orlandia. Necessidade para sua aprovação. O voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal, inclusive com a regular votação do presidente da Casa de Leis, em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias. **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:** Pela aprovação. **PARECER DA COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE:** Pela aprovação por unanimidade. **PRESIDENTE:** Coloco em votação o requerimento 004, só uma correção em **DISCUSSÃO** o Projeto de Emenda 001/2025. Não havendo discussão, coloco em **VOTAÇÃO** o Projeto de Emenda 001/2025, que revoga o inciso do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de Orlandia. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **PROJETO APROVADO POR NOVE (09) VOTOS FAVORÁVEIS E DUAS (02) AUSÊNCIAS.** Nos termos do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, não haverá necessidade da convocação do suplente devido ao prazo a ser superior a 15 dias. Estou me referindo ao pedido de afastamento do vereador Max Leonardo Defini. **JULIANE:** Requerimento n. 04/2025, de autoria do vereador Max Leonardo Defini Neto, "Requerendo seu licenciamento das atividades parlamentares junto a esta Casa de Lei pelo prazo de 15 dias por motivo de doença, conforme previsto no artigo 256, inciso 1,

do Regimento Interno da Câmara Municipal de Orlandia, atestado em anexo a partir do dia 18/03/2025.” **PRESIDENTE:** Coloco em VOTAÇÃO o requerimento de autoria do vereador Max Leonardo Defini Neto sobre o pedido de afastamento. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **REQUERIMENTO APROVADO POR NOVE (09) VOTOS FAVORÁVEIS E DUAS (02) AUSÊNCIAS.** Solicito a primeira secretária que proceda à leitura das correspondências recebidas. **JULIANE:** Leitura das Correspondências: 1) **Convite da MAO** - Grupo Mães Atípicas que Oram convidando os nobres Edis para participar dos eventos de conscientização do autismo e outras neurodiversidades a serem realizados em nossa cidade no âmbito das ações do Grupo Mães Atípicas que Oram, MAO, com a carta de apresentação detalhada do grupo anexada a ao convite para fornecer uma visão mais abrangente sobre as iniciativas e objetivos. Caminhada da Conscientização do Autismo e Outras Neurodiversidades no dia 5 de abril de 2025, às 9 horas, com concentração na Praça Coronel Francisco Orlando, caminhando até a Praça Mário Furtado, onde terão atividades sobre o tema. Palestras, acolhimento e coffee break para as mães e pais atípicos, no dia 26 de abril de 2025, às 14 horas, no Salão Lions. Corrida de conscientização do autismo e outras neurodiversidades, no dia 27 de abril de 2025, sendo às 7 horas a Corrida Geral e às 8 horas e 30 minutos a Corrida Kids. Pais, mães e filhos na Praça Mãe Rainha. 2) Convite: Paróquia Cristo Rei – Convidando os nobres Edis para a Santa a Missa a ser realizada dia 19 de março de 2025, às 19 horas e 30 minutos, que contará com a presença do nosso estimado bispo, Dom Paulo Roberto Belluto em comemoração aos 25 anos de instalação canônica da nossa. **PRESIDENTE:** Terminado o expediente, passaremos à ordem do dia e somente para uma correção o projeto que nós acabamos de aprovar, que se fala que revoga o inciso da emenda 001/2025. Esse projeto precisa ser votado nominalmente, então nós faremos o procedimento novamente. Solicito à primeira secretária, a doutora Juliane, para que proceda a leitura dos projetos que encontra na pauta para discussão e posterior votação. **JULIANE: PROJETO DE EMENDA N. 01/2025**, de autoria do Poder Executivo que “Revoga do inciso I do artigo 114 da Lei Orgânica do Município de Orlandia.” Eu vou fazer por ordem alfabética, pode ser? Desculpa. **PRESIDENTE:** Solicito ao segundo secretário que proceda a chamada para a VOTAÇÃO do mesmo. **LUIS:** Antonio Carlos Leite. **ANTONIO:** Presente, pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vitor Alves - Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz- Ratinho. Favorável. Max Leonardo Define Neto. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva- Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável, Sr. **LUIS:** Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE: PROJETO APROVADO POR NOVE (09) VOTOS FAVORÁVEIS E DUAS (02) AUSÊNCIAS.** Solicito ainda a primeira secretária que proceda a leitura do Projeto de Lei 002/25. **JULIANE:** Projeto de lei 002/25, de

autoria do vereador Antonio Carlos Leite, que “Dispõe sobre a criação do processo administrativo entre consumidores e as concessionárias de serviços públicos municipais e da outras providências.” **CLODOALDO:** Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria todos os vereadores já tem conhecimento. Só reafirmando, gostaria que a primeira secretária fizesse a leitura do parecer jurídico e nós temos um parecer da comissão também. **JULIANE:** PARECER JURÍDICO: Inconstitucionalidade e ilegalidade da propositura. Ofensa ao artigo 2º, artigo 5º, 37 e artigo 22, todos da Constituição Federal. Vícios formais e materiais. Impossibilidade de se impor a um particular a responsabilidade de processamento e julgamento de um processo administrativo, o qual dispõe atuação de um órgão estatal, vedação ao juízo barra tribunal, ad hoc, juízo ou tribunal de exceção, quorum para sua aprovação. O voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, seis votos favoráveis, inclusive com a regular votação do presidente desta Casa de Leis, em turno único de discussão e votação. PARECER DA COMISSÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO: Parcialmente favorável e parcialmente pela reprovação. PARECER DA COMISSÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE: Parcialmente pela aprovação e parcialmente pela não aprovação. Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Membro Vitor Fávaro Tonetto. “Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação conclui que o projeto de lei número 002/25 é inconstitucional por infringir normas constitucionais e comprometer a segurança jurídica das relações entre consumidores e concessionárias de serviços públicos. Recomenda-se que o projeto seja arquivado e que, se houver interesse em regulamentar a matéria, sejam realizadas adequações que respeitem os princípios constitucionais e as competências legislativas. Pelo exposto, o membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se desfavoravelmente ao Projeto de Lei n. 002/25. Incluindo também o João Vítor Alves, que também se mostrou favorável. **PRESIDENTE:** Coloco em DISCUSSÃO o Projeto de Lei 002/25, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite. **JULIANE:** Antônio Carlos Leite, a palavra. **ANTONIO:** Sr. Presidente, Mesa, nobres colegas, aqueles que nos assistem pela internet e aqueles que estão presentes, população de Orlândia, e eu quero dar um abraço fraternal ao professor Marcelo, que trouxe os alunos do curso técnico de contabilidade e administração do auxílio. Sintam-se honrados, nós nos sentimos honrados e vocês sintam-se também honrados em participar dessa sessão e todos aqueles que estão aqui sintam-se abraçados. Uma boa noite a todos vocês, que tenhamos uma boa sessão. Eu fui, então, o autor desse projeto de lei. Esse projeto de lei visa a criação de um processo administrativo entre o consumidor e as concessionárias de serviço público. A balança da justiça. Quantos de nós reclamamos dessa tal balança da justiça? Não é verdade? Nós olhamos para aquela balança que é símbolo da justiça do nosso país e nós dizemos que essa balança, por diversas vezes, está desequilibrada. A balança da justiça. E eu quero dizer para vocês

que esse processo administrativo entre consumidores e as concessionárias de serviço público do nosso município visa equilibrar essa balança, visa equilibrar a relação do consumidor e a concessionária. Trata-se de uma lei, de um projeto de lei que visa aprovar um procedimento administrativo, que é um conjunto de regras, normas, prazos, a fim de resolver conflitos extrajudicialmente. A ideia não é criar um ambiente hostil, mas criar um ambiente em que conflitos sejam resolvidos. Hoje nós experimentamos a amarga experiência de ter um serviço concedido na área de água e esgoto que nós estamos tendo o dissabor de não só tomar água com barro, mas também andar no esgoto que jorra pela cidade. Quantos aqui, alunos, na hora de ir para a escola, precisam tomar banho e não tem água? Quantos aqui, às vezes, precisam ajudar em casa, nos afazeres domésticos, vai ligar a torneira, liga a água e vem água com barro? É disso que nós estamos tratando. Hoje a Orlandia tem esse serviço concedido, mas poderão vir outros e nós precisamos ter um conjunto de regras que possibilite o consumidor ser protegido em relação à concessionária. Esse projeto de lei só está sendo submetido à Câmara porque a concessionária não tem respeitado o povo. Impuseram tarifas exorbitantes por um serviço pessimamente prestado, como é o caso do tratamento de esgoto que é lançado in natura no córrego. E nós pagamos praticamente o dobro de esgoto do que era no passado por um serviço que não é feito. É disso que se trata esse procedimento administrativo. E nós, quando vamos reclamar, não somos ouvidos. É disso que se trata o processo administrativo. E por que então que é importante, é imprescindível, essa lei para o nosso município? Primeiro, para conectar as partes. Colocar a frente a frente concessionária e consumidor. É preciso que o consumidor seja respeitado nessa relação de consumidor e de prestador de serviço. Para tanto, precisa ser comunicado, informado. Não podem apenas colocar um papel na sua caixa de correio ou jogar embaixo do portão e dizer, se você não cumprir, nós vamos cortar a água. Conectar as partes. A primeira função desse processo administrativo é conectar as partes, consumidor e prestador de serviço. E esse projeto cria duas instâncias. A primeira instância é onde o consumidor vai à concessionária e apresenta a sua questão. E aí começa a primeira instância desse procedimento administrativo. Ou a concessionária, verificando alguma irregularidade, vai dar início a um processo administrativo. E aí você vai ter pelo menos 30 dias, é o que prevê esse projeto de lei, para se defender, para argumentar, para conversar, para apresentar as suas razões. Então esse processo administrativo visa fazer com que o consumidor apareça nessa relação. O consumidor sumiu, ninguém quer ouvir o consumidor. Todo mundo diz, tem um contrato com a prefeitura, ninguém pode desrespeitar. É da lei, é a lei, e eles impõem e você não tem voz. Mas eu crio também uma segunda instância. Quando você for à concessionária e a concessionária eventualmente lhe dar uma resposta negativa, nós temos a possibilidade de recorrer à outra parte do contrato, que é a concedente. Nessa relação existe a concessionária, que faz o serviço, e a concedente, que entregou

esse serviço para a concessionária. Se você em algum momento se sentir desrespeitado e quiser reclamar, você vai à concessionária. Mas não fica aí. Se você não tiver um êxito, você pode reclamar à concedente, que é a segunda instância. Isso acontece muito em recursos de trânsito. Você recorre numa primeira instância, não é deferido, você recorre numa segunda instância. É assim que funciona. Amplitude de defesa. Mas não é só isso, conectar as partes. Humanizará o serviço. Não se trata de uma empresa e não se trata de uma casa. Se trata de uma empresa que tem pessoas e se trata de uma casa que existe pessoas. Esse processo administrativo visa humanizar essa relação de consumo. Não estão tratando o povo de Orlândia como pessoas. Você tem uma conta alta, vai reclamar. Se não pagar, nós cortamos. A água vem suja, você reclama, ninguém quer te ouvir. É o contrato. Nós estamos fazendo manutenção. O esgoto jorra na frente da tua casa e você não tem como reclamar. Vai lá e ele diz, olha, não é conosco, é com a prefeitura. Vai na prefeitura, a prefeitura não é conosco, é com a concessionária. Então nós temos que humanizar essa relação. Tem um senhor que é pai de uma amiga minha e ele é acamado. Deu AVC nele e ele não consegue se levantar da cama. E outro dia ela me parou na rua e falou, doutor, eu não consigo dar banho no meu pai porque acabou a água. Eu disse, mas como? Nós estamos dando banho de toalha nele, de papel, porque não tem água. Mas você já reclamou? Doutor, eu não tenho para quem reclamar. Humanizar. Porque se esse processo administrativo estivesse funcionando, porque o artigo 14 dessa lei que eu proponho, diz o seguinte: se você tiver alguém em casa declaradamente enfermo, cujo relatório médico declare que ele precisa ter cuidados sanitários mínimos, como tomar banho, se lavar, e tiver isso declarado, a empresa não pode interromper o serviço, de forma alguma. Isso que é humanizar. Mas a empresa não está nem aí se tem gente enferma, se tem crianças, se tem idosos. Eu estou falando do serviço de concessão que nós temos hoje, mas nós poderemos ter outros. Vocês sabiam que existe serviço de concessão, inclusive, na área de gás. Imagina se o serviço de gás em Orlândia fosse para uma concessionária. Estaria explodindo tudo. Eles não estão dando conta nem do esgoto. Humanizar, fazer com que nós, seres humanos, sejamos respeitados como seres humanos, e não apenas como pagadores de impostos. Porque o IPTU chega, a conta da energia chega, a taxa de licença chega, tudo chega. A conta da água chega. Só não chega a prestação de serviço, que quando você vai reclamar, você é apenas uma pessoa. Nós vimos outro dia uma senhora passando mal na fila reclamando. Ela não tem condição, porque o processo hoje não é humanizado. Em terceiro lugar, ele pacificará a relação de consumo. Vocês sabem do que eu estou falando. As pessoas perdem a paciência. As pessoas não suportam mais ter que ir para entrar na casa desviar daquele esgoto que está jorrando. Ninguém aguenta mais chegar em casa e ter a sua calçada arreventada, sem que você tomasse conhecimento que seria arreventado. Ninguém consegue mais olhar o hidrômetro, e aquela conta que era 50 passou a ser 100, no outro mês passou a ser 200, passou a ser

400, passou a ser 1000, e ninguém resolveu. Sabe por quê? Quando eles fizeram o contrato da concessão do serviço, eles prestaram muita atenção, prefeitura e concessionária, e esqueceram do povo. Por isso que é importante a aprovação desse projeto de lei, porque devolve ao povo a sua condição de consumidor. Mas aí as pessoas chegam lá com o crachá da empresa e dizem olha, se você não deixar nós vamos cortar a água. Quantos de vocês já escutaram isso? Chega em casa e a sua mãe ou a sua avó fala, olha, se não fizer isso, vai cortar. E esse procedimento administrativo, ele cria uma situação muito interessante. A partir do momento que você apresenta a sua questão, suspende todo o procedimento, vou cortar, não, eu não concordo, que corte. Começa o procedimento administrativo e todo o processo fica suspenso. Até que você recorra, até que você discuta, até que você apresente as suas razões. Nós não seremos ouvidos? Nós não seremos ouvidos? Ou será que vocês só são ouvidos no dia da eleição? Quando nós passamos em carreta e damos a mão para todo mundo, vote em mim e cumprimenta todo mundo, aí não tem problema, abraça todo mundo, abraça a criança, abraça o avô, avó, aperta a mão. É só para isso que o povo serve? Para eleger e depois que eleger, nós abandonamos e viramos as costas? Eu estou aqui declarando um projeto de lei que vai fazer com que o consumidor seja respeitado. Antes de terminar, primeiro, ele conectará você, a empresa, em segundo lugar, ele visa humanizar, ele visa pacificar. Outro dia aconteceu um incidente e foi necessário chamar a polícia. O próprio policial disse, olha, outro dia quase agrediram um servidor, um funcionário da empresa, porque ele tentou fazer uma coisa que o morador não queria, nós precisamos pacificar. Nós precisamos diminuir os ânimos. Nós precisamos ter uma sociedade em que nós convivamos bem, mas que nós sejamos respeitados. Em quarto lugar, ele aplicará esse projeto de lei, ele aplicará a melhor versão do ordenamento jurídico. Não sei se vocês prestaram atenção, mas o parecer jurídico dessa casa foi contrário ao projeto de lei. Alguns membros das comissões que analisaram disseram que o projeto é inconstitucional. E eu vou insistir. Porque esse projeto de lei, quando aplicado, ele revelará a melhor versão do ordenamento jurídico. Claro que é constitucional, e eu leio para vocês, claro que o projeto é constitucional. Artigo 5º da Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade dos termos seguintes. O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Olha, eu estou defendendo o consumidor, é constitucional ou não é? Está dizendo aqui, o artigo 5º está dizendo que o Estado brasileiro vai defender o consumidor. Eu estou defendendo o consumidor, então estou falando a mesma língua dessa Constituição. Mas não só isso, o artigo 170 da Constituição diz assim, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, a assegurar a todos existência digna. É digno um senhor que teve AVC estar numa cama, sem poder tomar banho? É digno que alguém vá abrir a torneira para beber um

copo d'água e saia água com barro? É digno isso? A Constituição diz que a ordem econômica defende a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios. Inciso V, defesa do consumidor. Eu estou defendendo o consumidor. Vem cá, não estou defendendo a concessionária. A concessionária é uma grande empresa que aportou no negócio 50 milhões, não, ela tem advogado, ela tem um departamento jurídico, ela tem toda uma estrutura, quem não tem estrutura somos nós, que precisamos ficar mendigando para que eles tomem uma providência. O parecer jurídico dessa casa foi contrário, porque diz que a concessionária, caso a concessionária não cumpra as suas obrigações, ou haja descumprimento das condições do contrato, o poder público pode revogar a concessão com a possibilidade de penalidade para a empresa. Além disso, o contrato pode ser extinto por motivo de interesse público. Ora, se o município, através da prefeitura, pode revogar um contrato por desrespeito, qual é o problema de criar um procedimento administrativo? Há um princípio em direito que quem pode o mais pode o menos. Nós não estamos fechando a empresa, nós não estamos colocando um canhão na frente da empresa, nós não estamos colocando bomba na empresa, nós só queremos discutir os nossos direitos. A Constituição defende isso. Eu não quero ser extenso, mas esse projeto também é legal. Vocês que estão estudando ética e administração vão se deparar muito com isso. Constitucionalmente falando, princípios constitucionais. Eu quero dizer que a Constituição defende esse projeto, mas não é só a Constituição, mas as leis. Nós temos um Código de Defesa do Consumidor que diz o seguinte, para a execução da política nacional das relações de consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: instituição de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e da proteção do consumidor pessoa natural. A lei, o direito do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor é a favor dessa lei, é a favor desse projeto. O parecer jurídico, entre outras questões, disse que nós não podemos impor à concessionária, que é uma entidade privada, um processo administrativo, por quê? Porque se você impõe esse processo administrativo em que a empresa vai tomar parte, em tese, seria aquele juízo de exceção. Ou seja, como que você vai apresentar um recurso para a empresa e ela própria vai dar a resposta? Ora, por isso que eu criei duas instâncias. Você recorre à empresa, a empresa vai dizer se concorda ou não com você, e se você concordar ou não, ou se você concordar, você concorda, se você não concordar, você tem a segunda instância. Eu amplio. O juízo de exceção é quando aquele que julga é que tem interesse na causa e não te dá a oportunidade de recorrer. Nesse caso, eu estou ampliando a possibilidade de recorrer. Estou criando uma segunda instância. Aí você diz, Leite, mas é complexo isso. Complexo é beber água com barro. Complexo é esgoto ficar jorrando na rua. Complexo é o esgoto cair no córrego e contaminar os mananciais que nós brincamos quando éramos crianças. Mas agora está tudo sujo e contaminado. Isso é complexo. É legal. A Lei Orgânica, e eu

quase termino, Presidente, só um minuto, a Lei Orgânica do município diz que os serviços públicos cuja execução for transferida a terceiros, ficarão sob total regulamentação e fiscalização pelo município, que deverá retomá-los sempre que se tornarem insuficientes ou forem emprestados em desacordo com os termos e condições da outorga. Ou seja, a prefeitura poderia tomar atitude drástica, mas não tomou. Mas ela pode agora começar a corrigir esse erro, dando a nós o direito de recorrer. Defesa do consumidor, mais legal do que isso é impossível. A empresa, quando ela incorre em algum erro, lá no artigo 4º, ela tem e dá para nós, no contrato que foi feito com a prefeitura, a possibilidade de interpretar utilizando as normas vigentes. Por isso nós precisamos criar normas. Não é isso que as pessoas dizem? Ah, mas está no contrato, não tem lei. Eu estou aqui para criar essa lei, que dá ao cidadão o direito de questionar a concessionária. Engraçado que a concessionária tem prazo de recurso quando ela erra. Ela tem 30 dias para apresentar as suas defesas quando a prefeitura aponta algum erro. O cidadão não tem. Você vai lá, faz um protocolo e conta com o favor da concessionária lhe prestar um serviço. Eu sou vereador. Eu não sou advogado da concessionária. Eu andei por essa cidade, eu já termino, até para poupar aqueles que estão em pé. E as pessoas dizem, olha, o maior problema da nossa cidade é água e esgoto. Ou nós comemos ou nós pagamos água. O esgoto está jorrando. É o nosso problema. E nós saímos pelos bairros dizendo que nós iríamos resolver esse problema. É lógico que esse projeto de lei não resolve todo o problema, mas começa. Mas começa. Começa a colocar a concessionária e o consumidor em pé de igualdade. Porque enquanto não se discutir o processo, eles não podem fazer nada. Eles chegam lá na tarde de sexta-feira e dizem, nós vamos cortar. É simples. Eu não concordo. Começa o processo administrativo e eles não podem fazer nada até que o processo administrativo termine. E eu concluo dizendo o seguinte. Balança da justiça. Nós dizemos que a balança está desigual, que ela pesa para um lado, pesa para o outro, mas quando nós temos a oportunidade de fazer justiça e fazer com que essa balança volte ao equilíbrio, nós dizemos que é inconstitucional. É engraçado, não é? É inconstitucional só quando é para beneficiar o povo. Quando é para beneficiar as empresas, não tem inconstitucionalidade nenhuma. Não foi inconstitucional quando eles aumentaram o dobro do valor do esgoto. Não é inconstitucional quando sai barro. Não é inconstitucional quando joga esgoto. É inconstitucional só quando a gente quer discutir os nossos direitos. Aí é inconstitucional. O Ulisses Guimarães falava que a nossa constituição era a constituição cidadã. Que constituição cidadã é essa? Que faz o povo beber água com barro? A balança da justiça, ainda que tenha parecer jurídico contrário, ainda que tenha parecer das comissões contrárias, ainda que tenha pareceres assim, eu vou insistir, porque o meu partido é o povo. Eu quero defender o meu povo. Eu não suporto ver o meu povo bebendo água com barro e andando no meio de esgoto. É por isso que eu defendo a aprovação desse projeto de lei. Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo e desculpe por ter me

demorado. Obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Boa noite a todos, Presidente, vereadora, imprensa, escrita e falada, e ORC, que está transmitindo também aqui pelo rádio. É muito bom ver essa Casa lotada, podendo todos acompanhar o nosso trabalho e a gente poder mostrar a importância do vereador para o nosso município. O certo pelo certo, foi isso que ficou marcado na primeira sessão que eu escutei do doutor Leite quando ele foi fazer uma defesa do projeto. Disse que nós temos que seguir sempre a moralidade e a constitucionalidade dos projetos. E eu li totalmente esse projeto para o dia de hoje. E quando a gente vê que existe um processo administrativo, a gente vê que esse projeto é, sim, totalmente inconstitucional. E eu explico o porquê. Quando a gente vê a primeira instância do projeto, a pessoa que vai entrar contra o processo administrativo coloca lá, o réu é a concessionária e quem julga também é a concessionária. Como uma pessoa que está sendo acusada vai ser o seu próprio juiz? Então, se eu for acusada aqui de algum crime hoje e eu chegar no tribunal e for julgar a mim mesmo, você acha que eu vou dizer que eu estou errado? Não tem jeito. Aí nós vamos para a segunda instância, que é onde inclui a prefeitura. E aí, quando a gente inclui a prefeitura, nós também estamos incluindo gasto, porque nós vamos precisar de pessoas para fazer a análise desse processo administrativo. E quando a gente inclui gasto, a gente não pode fazer isso pela Câmara Municipal. E por que a gente não pode fazer? Porque não existe nenhum impacto orçamentário dentro desse projeto. Como que a gente vai fazer um projeto que a gente nem sabe quanto vai custar para o município? Então, mais um motivo de mostrar que a gente é inconstitucional esse projeto. E se fosse para ser feito, esse projeto deveria vir, se fosse legal, do Executivo, e não nós propondo o projeto. Talvez poderia-se o vereador ter enviado como um anteprojeto para o prefeito, para que ele pudesse analisar, ver se realmente pode ser feito, corrigir e enviar para que a gente pudesse votar. Quando a gente chega na terceira questão que mostra que é inconstitucional esse projeto, é quando nós, como vereadores, não podemos legislar sobre empresas particulares. Aqui a gente está para legislar, fazer lei, sobre a coisa pública. Não tem como a gente fazer uma lei que a gente implique algo a uma empresa privada. Se a gente começar a fazer isso aí, aí vai virar bagunça. Aí qualquer um que pode chegar aqui vai fazer qualquer coisa e imprimir leis em cima de pessoas de âmbito privado. Isso não compete a nós. Isso, sim, compete talvez a algo maior que nós, aos deputados, lá em cima, com os presidentes, senadores. Isso tem que vir deles. Mas eu não discordo aqui do doutor Leite que a população não pode mais ficar bebendo água com barro, a população não pode ter esgoto a céu aberto. Isso é verdade, e eu concordo plenamente com ele. Só que a gente não pode corrigir uma coisa e estragar a outra. Então a gente está fazendo o certo e, ao mesmo tempo, a gente está fazendo o errado. Então a gente não tem como fazer algo desse tipo. Agora, uma coisa que não precisaria de lei, que deveria ser o mínimo que essa empresa tinha que fazer, é que em casas de pessoas acamadas, como está escrito no projeto, não

poderia ser cortada a água. Isso é o mínimo. Isso aqui é humanitário. Isso aí não precisava nem de lei, essa empresa deveria cumprir. Isso aí você está totalmente correto. Só que não adianta a gente vir aqui e sempre querer falar talvez o que a população quer ouvir, sendo que o que a gente está falando, ou fazendo, é errado. Não adianta eu vir aqui e prometer algo para vocês e, no final das contas, ser algo que, se for aprovado aqui, na hora que chegar para a votação no Supremo, vai ser derrubado. Então eu estou fazendo o quê? Talvez eu estou querendo enganar a população e a gente não pode fazer isso. Eu estou aqui para independente se a população entendeu ou não o meu lado, a minha explicação, para sempre trazer o que é verdade. Como eu fiz na última sessão, quando a gente votou a questão dos funcionários públicos, e eu disse que é inconstitucional a gente fazer o vale alimentação para aposentados dentro do funcionalismo público. Temos que achar meios? Temos que achar meios. Só que nós temos que fazer da forma correta. Nós não podemos aqui fazer algo que é totalmente inconstitucional para depois a gente perder o foco lá na frente. Então eu defendo aqui o meu voto contrário e deixo aqui a minha explicação. Boa noite. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz, Ratinho. **LUIS:** Boa noite. Vereador, doutor Antônio Carlos Leite. Você teve uma ideia que lhe parece ideal para a situação. No entanto, como você sabe, a democracia não é um vale tudo. Tem suas regras, leis, normas. E segundo o parecer do advogado dessa casa, doutor Zé Renato, assim como você aponta inconstitucionalidade do projeto. Porém, deixo aqui o meu voto contrário a esse projeto. **JULIANE:** Passa a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, sr. Presidente. Boa noite, nobres edis. Boa noite a todos os munícipes que nos acompanham, todas as mídias sociais. O seu projeto, doutor Leite, a intenção dele é perfeita. A intenção é muito boa. É desumano ver o serviço que essa empresa tem feito na cidade de Orlandia. Eu não tiro uma vírgula do que o sr. falou, da questão de cortar a água de um acamado, de nós estarmos andando na cidade, assim, pisando em esgoto. Mas nós não podemos aqui ser, vou usar um termo até, emocionados. Nós não vamos conseguir resolver o problema da noite para o dia. Durante esse final de semana, eu debrucei nesse projeto que o sr. trouxe. E, realmente, embora a intenção do projeto seja, assim, proteger o consumidor, ela apresenta graves falhas jurídicas e práticas que podem gerar insegurança jurídica, onerar os serviços públicos e afetar a qualidade do atendimento da população. Existe aqui um conflito com a legislação federal e os contratos de concessão. As concessões de serviços públicos municipais seguem normas federais e estaduais, incluindo a lei de concessão 8.987/1995. Mas eu já quero ir direto aqui para o que eu trouxe de conclusão, que, apesar das boas intenções, esse projeto pode comprometer a sustentabilidade do serviço público municipal, afrontando, assim, o contrato de concessão, criando uma insegurança jurídica que pode levar até o aumento tarifário para os consumidores. Porque, a partir do momento que nós colocamos um processo administrativo, eu costumo dizer que pau que bate em Chico

5802

bate em Francisco. Se nós vamos lá, nós temos essa liberdade de abrir um processo administrativo contra a Sanor. Na contraproposta, nós damos a abertura da Sanor a abrir processos administrativos contra o munícipe. Então, assim, se eu chegar na minha torneira, a água está suja, faltou água, eu tenho o meu direito. Eu estou defendendo o Código do Consumidor. Mas a empresa vai alegar, quando vem uma tarifa exorbitante, um valor muito alto, que um pobrezinho não tem condição de pagar um valor muito alto, ele vai ficar inadimplente. Então ele dá a abertura para a empresa também abrir um processo administrativo contra ele por inadimplência. Então, assim, eu concordo com a sua intenção, mas eu preciso, assim, discordar da maneira que foi criado esse projeto. Infelizmente, assim, ficou muito aberto o projeto. Um conselho como amigo, um irmão, reestruturar esse projeto de uma forma que a gente consiga trazer mais clareza e proteger os nossos consumidores. Porque se nós levarmos esse projeto da maneira que ele está, num futuro próximo, nós podemos pagar um preço por conta desse projeto. É o que está acontecendo hoje com o serviço de água. Eles não pensaram quando aprovaram esse projeto de concessão ou pensaram e aprovaram assim mesmo. E nós estamos colhendo os frutos hoje. Então, assim, fica aqui, nessa palavra, só isso. Se não passar hoje, reformular esse projeto, essa ideia muito boa, e trazer um projeto sustentável, um projeto que não deixe pontas para que os nossos munícipes venham a pagar depois com tudo isso. E é só isso, Sr. Presidente. **JULIANE:** Vou fazer uso da palavra. Boa noite, Sr. Presidente, nobres colegas, a todos que estão presentes aqui, à imprensa, escrita e falada, eu parabenizo o Dr. Leite. Eu acho que ele é um buscador de alternativas para a gente realmente resolver esse problema de contrato da água. Acredito que 100% dos nobres colegas que estão aqui realmente se revoltam, querem solucionar o problema da Sanor, que é um problema grave, que já perdura há muito tempo. Realmente a gente ouvia nas campanhas mais de 50% das queixas relacionadas à água. As contas abusivas, o esgoto, a falta de água, a água suja. E parece que está piorando, porque essa água antes não era tão suja, agora está com mais frequência. Mas eu concordo também com o que o Clodoaldo falou, o que o Vitor falou, o que o Ratinho falou. Precisamos realmente ter as bases legais, ter a orientação correta. E como o Clodoaldo falou, acredito que aperfeiçoando o projeto e realmente encontrando outras alternativas para colocarmos ele em prática, eu acredito que possa ser aprovado sim, porque todos nós queremos. Acredito que 100% das pessoas que estão aqui dentro querem a resolução do problema da Sanor. Queremos punição, queremos resolução, queremos que tenham respeito conosco. Afinal, foi concedida por 35 anos a concessão da água e é um arrependimento sem fim de todos aqui. Então, parabenizo pelo esforço, pela dedicação. Acredito que ficou muitas horas e muitos dias fazendo esse projeto, lendo parágrafo por parágrafo, todos os rodapés, para que realmente ele fosse um projeto que fosse efetivado. Mas, no momento, pelos entraves do parecer jurídico e de tudo que já foi falado, eu vou ser contrária. Mas eu quero me colocar à disposição para

poder trabalhar junto para que realmente possamos encontrar as saídas pertinentes, viáveis e legais para que resolvamos esse problema definitivamente da Sanor, que todos merecem. Boa noite. **PRESIDENTE:** Eu não poderia deixar de fazer o uso da palavra porque nem tudo que nós queremos fazer nós podemos. Infelizmente, não. No dia 12, tivemos que votar o índice do servidor público e foi sofrido, porque ou nós aprovaríamos o projeto ou seríamos contrários. O contrário é lógico que, independente de qual foi o índice, não teria nem esse. E o aposentado, que não teve os 52% em cima do Vale Alimentação e do Vale Transporte, e muitos nos cobraram, inclusive teve pessoas que postaram nas redes sociais, inclusive teve o nosso companheiro Ratinho que trouxe um cartaz, o aposentado pode passar fome? Lógico que não. Só que nós, Casa de Leis, esbarramos na Constituição. Então, como nós vamos votar? Já estou até abrindo o meu voto de contrário ao projeto. Os amigos que antecederam a fala antes da minha deixaram bem claro. O Clodoaldo, o doutor Juliane, o Vitinho, o Ratinho. O projeto tem uma boa intenção, só que ele poderia ser melhor formulado para a gente não correr um risco. Porque, infelizmente, não tem como a gente não citar, quem era responsável de resolver a situação, infelizmente, causou essa situação toda. Cederam a concessão da água. E agora nós temos problemas e mais problemas a serem resolvidos. E outro motivo, além de eu ser contrário por esses fatores que eu citei, eu não sou advogado, mas eu sou professor. E eu sendo professor, eu não poderia ser antiético, já que a Casa tem um jurídico, o parecer dele foi o que foi lido aqui. Imaginem só, a Casa for favorável a um projeto que o jurídico da Casa colocou como inconstitucional. E o vereador que propôs, com todo o respeito ao leite, ele sendo advogado, hoje aqui na Casa, ele está como vereador. Então, nós temos um procurador que é responsável por esse parecer. Então, eu não posso ser antiético a esse ponto. Vou deixar claro aqui o meu voto de contrário por esses motivos. Não havendo mais discussão, solicito ao segundo secretário, vereador Luiz Donizete da Cruz, Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a VOTAÇÃO do mesmo. **LUIS:** Antonio Carlos Leite. **ANTONIO:** Pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Desfavorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Contrário. **LUIS:** João Vitor Alves - Pardal. **JOÃO:** Contrário. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Contrário. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz-Ratinho. Contrário. Max Leonardo Define Neto. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira-Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva-Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Contrário, Sr. **LUIS:** Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Contrário. **PRESIDENTE:** **PROJETO REJEITADO POR OITO (09) VOTOS CONTRÁRIOS, UM (01) VOTO FAVORÁVEL E DUAS (02) AUSÊNCIAS.** *Neste momento um munícipe começou a se manifestar, tumultuando a sessão, e por isso, foi repreendido pelo Exmo. Sr. Presidente Gilson.* **PRESIDENTE:** Gostaria de pedir à plateia, por favor, que não se manifestasse, porque não é permitido. Por favor. Gostaria de retificar em ata a leitura das minutas das indicações. Peço à primeira secretária que proceda à leitura das

minutas, apenas. *Tal medida se tornou necessária, visto que não houve a leitura das indicações na fase correta, a qual faz saber "expediente".* **JULIANE: INDICAÇÃO N. 56/2025**, de autoria do vereador Paulo Rodrigues Alves Pereira, "indicando ao chefe do Poder Executivo para que sejam realizados os estudos necessários visando a possibilidade de pagamento de Vale Alimentação para os funcionários públicos aposentados pelo Orlândia Prev". **INDICAÇÃO N 57/2025**, de autoria do vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, "indicando ao Chefe do Executivo estudos viabilizando a cessão dos direitos de uso da piscina pública de Orlândia aos funcionários públicos ativos e inativos para fins de recreação e lazer, com a possibilidade de inclusão de seus familiares". **Indicação n. 58/2025**, de autoria do vereador Clodoaldo Santana, "indicando ao chefe do Poder Executivo a abertura da guia central em frente ao condomínio Paris, localizado na Rua 26, visando melhorar o acesso dos moradores." **INDICAÇÃO N. 59/2025**, de autoria do vereador Clodoaldo Santana, "indicando ao chefe do Poder Executivo o asfaltamento da Avenida Marginal Esquerda, Córrego dos Palmitos, no trecho compreendido entre a Rua 6 e a Rua 4. Referido trecho, encontra-se em estado precário, prejudicando a mobilidade dos moradores e causando transtornos no tráfego local. Além disso, solicito a instalação de um guarda-corpo ou parede de contenção ao longo do córrego que margeia esta avenida. Essa medida se faz necessária para garantir a segurança da população, prevenindo eventuais acidentes, como quedas de crianças e adultos no córrego". **PRESIDENTE:** Retificando também o resultado aqui do projeto, foram oito votos contrários, duas ausências e um favorável. *(Já foi retificado em ata no momento da votação para evitar futuras confusões)*. Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Sr. Presidente, novamente, mesa, companheiros, vereadores e aqueles que nos assistem. Não quero me alongar, além daquilo que já me alonguei, mas nós temos vários estudantes aqui hoje, pessoas que estão se empenhando na carreira, se aperfeiçoando, se profissionalizando para enfrentar esse mundo, para enfrentar as lutas da vida. Hoje eu apresentei um projeto que eu acredito ser correto, que acredito ser constitucional e fui vencido por oito votos a um. Mas como lição eu quero dizer para vocês, não importa ganhar ou perder, o que importa na vida é lutar por aquilo que você acredita. Eu vou continuar lutando, ainda que eu seja o único, sozinho. Eu vou continuar fazendo aquilo que eu acredito e vocês vão enfrentar muitas lutas na vida de vocês. Continuem acreditando, ainda que as pessoas digam que vocês não podem, digam que você é incapaz, digam que você está errado. Siga adiante, ganhar ou perder, o importante é continuar lutando. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para João Vitor Alves. **JOÃO:** Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, novos colegas vereadores, vereadora Juliane, imprensa escrita falada, ouvintes da ORC, munícipes aqui presentes, alunos do auxílio, é um prazer recebê-los aqui na nossa casa. Hoje começo falando sobre a situação do Minho Hospital de Orlândia. Após realizar a fiscalização e

denunciar que a porta do local estava deixada aberta todas as noites, coloquei a saúde pública como prioridade. O secretário da Saúde, Diego Meloni, tentou minimizar o problema, mas deixou claro que o papel do vereador é fiscalizar e cobrar e transparência, mesmo que sugere desconforto para a administração. Se não fosse a minha denúncia, essa porta continuaria aberta, colocando risco ao patrimônio e insumos de saúde. E com o resultado da nossa cobrança, a situação foi resolvida, mas isso só ocorreu porque existe a fiscalização. E também a gente tem que ter a humildade de agradecer o Executivo que tomou as providências necessárias. Passando para outro tema muito importante, a situação dos pontos de ônibus em nossa cidade. Muitos estão sem cobertura, sem assentos e proteção. Precisamos de uma ação imediata para garantir que nossos munícipes, especialmente idosos, trabalhadores, estudantes, não sejam mais prejudicados por essa falta de estrutura. Já estou encaminhando um pedido oficial à Prefeitura para melhorar a infraestrutura dos pontos de ônibus, começando pela Rua 30 e estendendo para os demais locais. Agora falando sobre fiscalização e transparência. Continuo com o compromisso de garantir que os serviços prestados à população sejam de qualidade. Recebi uma resposta ao envio enviado à Ares PCJ, agência reguladora de água e esgoto do município de Orlandia. Em breve teremos uma data, para a vinda da agência, aqui à Câmara, onde poderemos cobrar diretamente e entender mais sobre a fiscalização do contrato da Sanor, assegurando que a empresa cumpra suas obrigações com a população de Orlandia. Essa semana temos dois dias muito importantes. Quarta-feira, dia 19, celebramos o Dia de São José, nosso padroeiro. São José é um exemplo de dedicação, humildade e amor incondicional. Ele, que foi pai adotivo de Jesus e esposo de Maria, nos ensina a importância de cuidar da família e da comunidade, com perseverança e fé, mesmo diante de todas as adversidades. Em Orlandia, São José é um símbolo de união e proteção. Que possamos seguir o exemplo dele, buscando sempre o melhor para a nossa cidade e para aqueles que mais precisam da nossa ajuda e solidariedade. Além disso, no dia 22, comemoramos o Dia Mundial da Água, um bem essencial que devemos valorizar e cuidar. Água é fonte de vida e fundamental que todos tenhamos acesso a ela com qualidade. Devemos trabalhar para garantir que ela seja preservada e oferecida de forma eficiente para a nossa população. Por fim, quero prestar minha solidariedade à família, especialmente à mãe, do caso ocorrido ao Minas Hospital. A dor e o sofrimento que essa família vem enfrentando não podem ser ignorados. É por hoje é só, meu Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz. **LUIS:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa aqui presente, público presente, sejam bem-vindos, internautas que sempre têm o meu respeito. Hoje, uma noite especial, por essa Casa está cheia, professor Marcelo, que nos deu a honra... Marcelo e Ana Maria. Os alunos da Escola ETEC Alcídio de Sousa Prado, que na oportunidade estão presentes aqui para uma aula de ética e cidadania. Sejam bem-vindos. Vocês não sabem a alegria que isso causa a nós todos aqui da Câmara. Hoje



5806

vou falar sobre a minha indicação. Fiz uma indicação de doação da conhecida piscina pública, talvez os mais jovens aqui não tiveram oportunidade de conhecer a piscina pública que está há tanto tempo lá parada. Essa indicação que a Prefeitura possa estar doando essa piscina pública para os funcionários da Prefeitura. Para vocês terem uma ideia, essa criação de clubes pelas empresas, ela começou em 1969, quando a antiga extinta Carol inaugurou seu primeiro clube. Hoje o clube que era da cooperativa Carol, hoje está cedido para a Agroman. Em seguida, em 1972, veio o clube da BB, hoje com uma parceria com o grupo Intelli. Esses vocês sabem que estão funcionando bem. Por fim, o clube da Morlan foi inaugurado em 1979. Quem tem oportunidade de conhecer o clube da Morlan sabe o que estou falando. Uma arquitetura moderna, inovadora, com estacionamento e um paisagismo invejável. Agora eu, depois de quase 60 anos, venho aqui pedir a piscina pública que seja transformada em um clube para os funcionários da ativa e aposentados da Prefeitura. Mais uma vez vou contar com a boa vontade do nosso prefeito Gabriel Thor. A piscina pública possui, está parada lá, uma piscina que era uma raia profissional. Aquela piscina, assim que for doada para os funcionários públicos, pode ser até um pouco diminuída, até pela metade, e com isso a gente ganhará mais espaço para minicampos, quadras e quadras de areia também. Eu digo isso porque eu tenho bastante otimismo e coragem e eu sei que isso é uma vontade de vários funcionários da Prefeitura. Eu, como funcionário e vereador, faço aqui a minha parte e estou bastante convicto que isso, no futuro, venha a acontecer. Agora, em relação à Praça Cristo Rei. Hoje estive na Prefeitura falando com o secretário da Infraestrutura, o engenheiro Sr. Leonardo Alves, e trago aqui também, Sr. Presidente. O Sr. Leonardo, você, Presidente também, tem acompanhado a Paróquia Cristo Rei e aquela praça. O Dr. Paulo Meira, também advogado, que é frequentador lá. Havia sido um projeto que está pronto devido à demanda de estacionamento. Esse estacionamento foi invertido, ao invés de ficar na Avenida F, ele foi invertido para a Rua 2 e haverá um aumento na parte do estacionamento. Então está aqui o recado que ele pediu para que dê ao senhor, que o senhor é bastante empenhado também naquela paróquia. Está aqui o meu recado e também o do Dr. Paulo Meira, que tanto tem lutado para a revitalização da Praça Cristo Rei. Por hoje, Sr. Presidente. É só. Muito obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente. Estendendo aqui sobre o projeto que a gente rejeitou aqui do Leite, eu esqueci de me dizer que hoje já existe a agência reguladora que é a responsável para fiscalizar essa empresa. Eu, algum tempo atrás, fiz um pedido, uma indicação, pois isso tem que vir do prefeito, ser feito um estudo, para que fosse trocado essa agência reguladora. E, se possível, sim, fazer uma agência reguladora municipal. Eu acho que o caminho é a gente fazer o certo, a gente poder sim fazer funcionar. E queria dizer para a população e para o Leite que você não vai estar sozinho. Pode contar com a gente que a gente vai lutar pelo que é certo e pelo que é legal sempre. Nós nunca vamos abandonar a nossa população e nem fazer o que é

errado. A gente vai sempre lutar aqui pela nossa população. Gostaria de fazer um pedido aqui que eu fiz da indicação, que eu pedi uma lombo-faixa ali na Rua 14, que ali é um local entre a Avenida do Café e a Rua 14, é um local de muito tráfego, o pessoal corre muito ali. Na última gestão eu já tinha feito esse pedido, mas, infelizmente, não foi colocado. Então, reforço aqui o meu pedido para que seja colocada essa lombo-faixa ali na Rua 14 com a Avenida do Café. Novamente, é um assunto chato de falar, porque já está até cansando. Mas tem gente que não fica nem vermelho de mentir para os outros. Mais uma vez, é colocado e vinculado a mídias da nossa cidade que a gente foi contra concurso público de professor. Então, a gente não é contra concurso público. E a gente não é contra que a imprensa dê a divulgação de notícias, desde que fale a verdade. Todas as vezes que for falar da verdade, nós não vamos ficar bravos, nós não vamos nos revoltar. Mas todas as vezes que for falar de uma mentira, ela tem que ser rebatida. Porque quando uma mentira não é rebatida, ela vira verdade. Então, nós temos que falar aqui. Então, pode fazer o seu jornal, pode fazer a sua mídia, desde que você fale a verdade para a população. E todas as vezes que você contar mentira, eu vou falar a verdade aqui. Porque isso não pode ficar desse jeito. A gente vê que a gente tem apanhado mais do que o normal, mas não tem problema. Pode ir batendo, batendo e batendo, e a gente vai continuar trabalhando aqui pela população. Mas a gente, como foi falado já diversas vezes, nunca aconteceu isso aqui antes. Nós estamos apanhando mais do que o normal aqui. Então, eu queria deixar aqui, mais uma vez, a minha revolta em dizer que nós fomos contra concurso público aqui do nosso município. Para finalizar, eu gostaria também de me solidarizar aqui com a família, com o acontecido que teve na saúde aí essa semana. E, ao mesmo tempo, parabenizar a gestão pela tomada de atitude em afastar o médico que cometeu um erro e vai ser aberto um processo administrativo para ser investigado. Tudo o que aconteceu. É inadmissível a gente deixar que as coisas erradas aconteçam e nada seja feito. Então, eu me solidarizo aqui, mais uma vez, e parabenizo aí ao prefeito e o secretário pela tomada de atitude. Boa noite a todos.

JULIANE: Passo a palavra para Paulo Rodrigues Alves Pereira - Porkim. **PAULO:** Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, vereadores, população e alunos aqui presentes. Começo agradecendo à Prefeitura Municipal de Orlandia, em nome do prefeito Thor e Dileia, por terem atendido dois ofícios meus, terem instalado os dois bebedores de água na escola Irma e Paulo Bimbo. Eu recebi uma reclamação agora mesmo de uma estudante, pessoal que estuda fora. Só estou esperando ela me responder que faculdade que é, por conta que ela entrou na aula e não pôde me responder. O ônibus está demorando uma hora para chegar e eles estão viajando em pé, com lotação máxima. Então, amanhã já vou estar fazendo o ofício e encaminhando para o executivo que vai ser encaminhado para a Secretaria da Educação. E recebi outra reclamação também essa semana sobre os ônibus do auxílio, que também está com lotação máxima. Também vou fazer um ofício, vou encaminhar para o executivo que vai ser encaminhado para a Secretaria da

5808

Educação. Por hoje é só. Obrigado a todos e uma boa noite. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Boa noite a todos, vereadores e vereadora, imprensas, escritos e falados, ouvintes. A gente fica muito feliz em ver todos aí presentes. Quero dar um grande abraço ao Bruninho, que eu acho que já foi embora. O Bruno aí é muito amigo meu, trabalhou com a gente aí. O que o senhor Leite disse, a gente até admira o trabalho do senhor Leite, só fui contra por não ser contra o jurídico, mas e também pela explicação de todos os amigos, mas foi muito bem dito. Quero te agradecer e dizer pelo seu trabalho, senhor Leite, que o senhor trabalha pela minha classe, pelo meu povo., que da modo diz o outro a gente que nasceu muito simples, sempre digo, estou aí pelo quinto mandato, nunca menti para ninguém, não vou conseguir guardar dinheiro, porque eu acho que a população, tendo um arroz e um feijão para comer está bom, então a gente quer ajudar, quer fazer, quer acompanhar. Então, as palavras do senhor ajudam muito na minha vida, me ajudam muito no meu passado. O senhor disse também agora mesmo aí que o senhor sozinho vai cobrar, não tem problema, pode ficar sozinho, o senhor não vai insistir. E todos que insistam, primeiro o senhor pode contar que o senhor não está sozinho, a gente está junto. E segundo, o senhor tem razão, eu estou fazendo um pedido de uma calçada na Vila Bucci, lá a redor do Centro Lazer, fui até Brasília, busquei a verba para asfaltar, asfaltou a Rua 24 e a Avenida 21, a redor do Centro Lazer, e venho pedindo a calçada. Se não tiver condições, até no fim do mandato, se Deus quiser, se não fazer, porque eu venho pedindo há quatro anos atrás. Então eu vou seguir pedindo, vou insistir. Eu vou pegar uma autorização como promotor, eu vou fazer aquela calçada por conta. Vou sofrer, vou juntar o dinheiro que a gente ganha, eu vou dar conta de fazer. Isso eu deixo garantido para o pessoal da Vila Bucci, que se não tiver condições de fazer, porque é o que o senhor diz, eu vou insistir. Vou pedir, tenho fé que vai fazer, porque está começando agora, a gente está com confiança que pode ser feito. Mas se não estiver feito, no meu quarto ano de mandato, eu com a autorização do senhor promotor, que nós também não podemos gastar também verba, nem da Prefeitura e nem nossa, mas com a autorização do senhor promotor, eu vou fazer aquela calçada. Eu vou ter peito para tirar aquelas crianças da rua. Vai passar na calçada que hoje é só terra, estão sofrendo lá. Então não adianta, se quiser, pode fazer, dá para fazer sim. Ah, tem que fazer licitação, fazer pregão, que faça, pelo menos insista aí. Vou deixar claro, não vou trabalhar contra o prefeito, contra ninguém, contra... Pode ter certeza que todos os amigos aqui, eu estou muito feliz, muito contente, acho que ainda não peguei uma Câmara, é tão satisfatório de trabalhar junto aí. Estou muito feliz com vocês, mas eu vou seguir trabalhando também, correndo atrás de fazer alguma coisa que for para ajudar a população, pode ter certeza que vou fazer. Mas aquela calçada da Vila Bucci, que eu estou fazendo pedido já há quatro anos, ela vai ser feita. Só se o senhor promotor não aceitar. Que no primeiro mandato meu eu comprei uma ambulância porque o prefeito não concordou de pôr a

ambulância da Vila Bucci. Eu comprei a ambulância, só que chegou na hora que o promotor não concorda com o Nego da Maruca ter uma ambulância, como vereador. Então, aí no momento eu não pude trabalhar. Mas pode ter certeza que a gente luta e aquela calçada vai ser feita. Vou seguir insistindo, não vou desistir. Aí eu vou na sua opinião, pode ficar tranquilo. Muito obrigado a todos, boa noite. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite a todos novamente. Eu início essa palavra agradecendo a Promotora de Justiça, a senhorita Anne, que me atendeu alguns dias atrás. E o assunto em pauta foi Sanor. Então, assim, quero agradecer ela pelo tempo de qualidade, pelas informações que ela passou. Eu até depois falei com o doutor Leite, falei, expliquei para ele tudo o que foi falado. E, assim, ela deu outros caminhos. Em breve eu vou trazer mais atualizado o que nós podemos e o que nós não podemos fazer. E agora eu quero chamar a atenção do Executivo. Há algum tempo eu tenho recebido várias reclamações de funcionários públicos. Os funcionários estão cansados. Existem alguns setores em que o chefe não tem um diálogo com o servidor. Então, assim, começa a ficar uma situação difícil de trabalhar. Eu sei que nessa transição de governo foi mantido algumas peças fundamentais para o bom andamento dos trabalhos. Mas eu acredito que já é hora de começar a olhar com outros olhos os setores. Porque, infelizmente, existem pessoas que não estão para somar com o Executivo. É difícil usar a palavra para falar isso, mas eu preciso, eu não posso ser omissa e deixar as coisas acontecerem. Tem funcionários que já estão, não querem trabalhar. Eu ouço pessoas falarem assim, eu vou lá fazer o quê? O chefe não olha na nossa cara. Eu vou lá fazer o quê? O chefe manda mensagem para passar serviço. Onde existe isso? Eu acredito que, eu não preciso ser amigo do meu chefe, mas, dentro do setor, ele precisa me respeitar e eu preciso respeitar ele também. Então, aqui fica um alerta para o Gabriel, para o Murilo, para eles começarem a ter uma visão diferente para os servidores públicos. Porque, às vezes, eles são cobrados. Eu falo assim que o telhado é de vidro, toma pedrada, são linhas de frente. Mas, às vezes, as pessoas não sabem o que acontece nos bastidores. Eu ouço muitas reclamações, às vezes, do atendimento, tem funcionários e funcionárias. E, às vezes, a pessoa fala, ah, o funcionário é sem educação. Mas a gente não sabe o que está acontecendo para ele chegar naquele estágio de, às vezes, tratar um município mal. Não é justificativa. Porque, se eu for levar os meus problemas todo dia para a ambulância, ninguém vai querer andar comigo. Todo mundo vai falar, eu prefiro qualquer motorista, menos ele. Então, eu consigo colocar esse problema de lado e trato a população da melhor forma possível. Então, aqui fica registrado aqui, Gabriel, você precisa ter uma atenção mais fixa para os servidores públicos. Uma atenção. Nós pedimos aqui, eu vou pedir, acho que creio que todos vão pedir, nós precisamos de concurso. O quadro de funcionários está muito reduzido. Eu vejo funcionários se desdobrando, deixando crianças em casa para poder cumprir a sua carga horária, para poder, tendo que fazer hora extra, enfim. Então, para um bom

5810

funcionamento da cidade, nós precisamos abrir o concurso. E nós não somos contra o concurso público. Estou aqui, nessa palavra, pedindo para estudos para abrir o concurso público nessa cidade. E, assim, o assunto que não pode ser esquecido. Sanor. Está cruel, está difícil. Recebi um vídeo ontem à noite de um PV jorrando esgoto e descendo direto para a cabeceira do riacho. E aí eu faço uma pergunta aqui. Cadê os órgãos que precisam fiscalizar? É papel do vereador? Nós podemos fiscalizar. Mas o que eles estão fazendo é um crime. É um crime ambiental. O descarte de esgoto in natura é um crime ambiental. Eu vou fazer um ofício amanhã solicitando uma visita da CETESB na cidade. Porque eles podem fazer, coletar água desse Riacho e comprovar a contaminação que está tendo nessa cidade. Olha a quantidade de pessoas com diarreia, de pessoas passando com problema de saúde. Muitas pessoas não têm condições de comprar um galão de água para poder tomar uma água saudável. Então tem que usar essa água. E a saúde dos munícipes está indo para onde? Está indo esgoto abaixo. Então, assim, nós precisamos aqui nos unir. O senhor não está sozinho. O senhor falou que está sozinho. O senhor não está sozinho. Mas eu só preciso respeitar esse parecer e preciso respeitar a Constituição também. Então, assim, o senhor sabe que nós vamos lutar junto. Foi o que nós falamos desde o princípio. Mas nós precisamos lutar de uma forma transparente. Foi o que eu disse para o senhor durante a discussão de reformular esse projeto de lei e trazê-lo de uma forma que nós não vamos sofrer e nem a nossa população sofrer. Em que nós vamos colocar a culpa em quem é realmente culpado. Então, assim, eu faço uso dessa palavra para trazer esses três tópicos somente, seu presidente, e é só hoje. Bom, boa noite novamente. **JULIANE:** Vou fazer uso da palavra. Primeiramente, eu quero parabenizar todos os estudantes que estão aqui. Acredito que vocês hoje presenciaram a democracia sendo explicitada aqui com a liberdade de expressão de cada vereador para colocar o seu ponto, para chegarmos no consenso. Infelizmente, às vezes nós temos a aprovação, às vezes nós temos a reprovação. Mas eu acredito que o mais importante é que todos aqui trabalham pelo mesmo objetivo, que é pela cidade, pelos munícipes, e que realmente possamos ir resolvendo gradativamente todos os problemas que nós temos na cidade. E sabemos que são muitos. Quero também me solidarizar com a família que teve a perda do bebê. Parabenizar a prefeitura, a secretaria, por ter tomado as medidas cabíveis, no caso, e todo o suporte que estão dando também para a família. Eu quero falar sobre a atualização da Dengue, como médica, é importante a gente estar reforçando. O boletim que saiu hoje foi que temos 617 notificações e 163 confirmados. Descartado 429, inconclusivos 10, e aguardando ainda os resultados 15. Eu quero parabenizar a vigilância sanitária, a comando do Washington e todos os responsáveis que estão realmente fazendo um belo trabalho. Sabemos que tem cidades que estão com casos dez vezes mais proporcionalmente que o nosso. Então, apesar de todo o lixo nos canteiros, de todo o esgoto, de tudo que está acontecendo, que dificulta a limpeza e a não-proliferação do mosquito, estamos

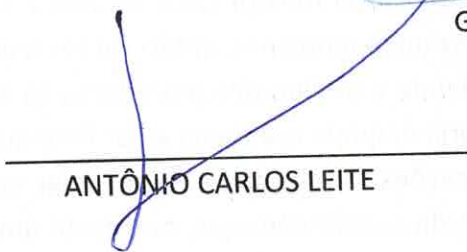
conseguindo manter ainda sob controle a Dengue, que é uma doença tão grave. Então, eu quero parabenizar todos que estão contribuindo e avisar que realmente teremos a vacina para a Dengue, só que o governo do estado está direcionando para as cidades que estão com casos de surto mesmo, não surto muito mais do que estamos tendo no momento, mas assim que a situação se regularizar, a vacina será distribuída gradativamente por faixas etárias e doenças com morbidade serão feitas na população inteira. Eu quero fazer um comentário em relação ao que o Vitor falou, que realmente eu também não me coloco contra a imprensa de forma alguma, sou totalmente a favor de todos os veículos de informação, é necessário, precisamos, só que realmente o que pega muito é muitas vezes a pessoa soltar notícias sem ter um embasamento, sem conversar com quem ele está atacando para confirmar se aquilo mesmo são ideias sem o fundamento, para muitas vezes denegrir nossa imagem de forma pejorativa, já vi alguns posts até de forma pejorativa tratando os meus nobres colegas aqui que não tem nem cabimento uma situação dessa. Eu estou totalmente aberta à disposição de toda imprensa, já fui na URC algumas vezes dar entrevista, já fui na Gazeta e me coloco à disposição, tenho a Nova Cidade também, estou à disposição para quem quiser conversar, qualquer meio de comunicação, mas que, por favor, entre em contato, verifiquem as informações para ver se é isso mesmo, porque não estamos aqui de brincadeira, queremos realmente fazer o nosso melhor, estamos abertos a todas as críticas, porque aqui ninguém é perfeito e nunca será, mas que possamos realmente ter esse contato, esse diálogo para que sejam minimizados esse estresse que fica, que eu acredito também que é desnecessário. Eu recebi um documento de algumas municipais que estão fazendo reivindicações, vieram a mim, fizemos uma reunião semana passada, e eu vou passar para vocês alguns pontos e para vocês entenderem as reivindicações. Solicitação do departamento de transporte de pacientes de Orlandia, solicitando que realmente tivéssemos um departamento exclusivo nosso, não terceirizado, com treinamento de funcionários, médicos que atendem a população nas UBSs, a instalação de um hospital de excelência na vila. Transferência do SAMU para a vila, referindo que a maioria dos acidentes acontecem para o lado de cá e muitas vezes fica longe o acesso, aí demora. A criação da clínica da mulher, o banco de leite para a amamentação, o espaço para crianças nos hospitais e a farmácia popular com maior número de medicações e diversidades. Alguns pontos já entrei em contato com o secretário da saúde para a gente poder viabilizar, discutir as necessidades e a possibilidade. Então eu venho aqui agradecer Roselene Maria Leão, Gerônima Maria Luiz, Solange Paulino da Fonseca e Lúcia Helena Firmino Pinto pelas reivindicações, pela conversa e estou aberta a qualquer munícipe que quiser conversar comigo e passar aí as suas necessidades, as suas observações e seus projetos para a cidade. Boa noite, obrigada. **PRESIDENTE:** Boa noite, nobres companheiros, imprensa, população, professores, alunos presentes. Com muita alegria que a gente recebe vocês aqui hoje, até mesmo agradecendo aqui em

especial e cumprimentando pela iniciativa professor Marcelo e professora Ana Maria, que trouxeram aí os alunos do curso técnico em administração e o curso técnico em contabilidade. Então todos que falaram antes de mim, antecederam, falaram da importância de vocês estarem aqui hoje e poder ver a democracia sendo colocada em prática e democracia é isso, não é que, como o próprio doutor Leite falou, é que ninguém ganha, ninguém perde. Então acho que nós estamos aí mostrando a que viemos e nós temos que expor o nosso ponto de vista e mantendo sim o respeito que cada um merece. Eu sempre digo isso em sala de aula, que não existe relação nenhuma sem respeito e é isso que o próprio Nego da Maruca comentou, da satisfação que ele está tendo aqui com essa renovação, os novos vereadores que estão aí pela primeiro mandato e o clima de trabalho e respeito que existe entre nós aqui. Podemos divergir de ideias, mas o respeito permanece e eu acho que é isso que tem que ser colocado sempre em prática. Gostaria de deixar somente um, hoje pela tarde eu estive na prefeitura com o executivo e não basta somente enviar mensagem pelo WhatsApp, então é importante esse contato pessoalmente, olho no olho e como o próprio Ratinho leu, a gente está aí correndo atrás de uma revitalização das praças públicas e a importância desse estacionamento que vai ser feito ali na praça da igreja Cristo Rei, até mesmo para melhorar o fluxo tanto de automóveis quanto de pedestres. É um agradecimento especial aqui ao Paulo Meira que fez um projeto e foi encaminhado sim ao secretário da infraestrutura e lógico que estudando, conversando, trocando ideia, viu que ao invés de colocar 45 graus na frente da igreja, porque ali é o fluxo maior quando termina missas, casamentos e outras reuniões, então seria melhor fazer na Rua 2 ao lado. Lógico que isso tem árvore, lógico vai envolver meio ambiente, então vai ser feito tudo dentro da legalidade e facilitando aí e atendendo a pedido dos moradores ali ao redor da praça Cristo Rei, inclusive até uma melhoria naquela academia ao ar livre que já foi pedido por muitos vereadores, muitas indicações saíram daqui. E por falar em indicação, hoje me deixou meio, um pouco antes da sessão começar, eu recebi uma denúncia de que infelizmente, porque os vereadores, todos os documentos passados aqui por nossas mãos, votados e discutidos, no dia seguinte a Secretaria da Câmara, com a minha assinatura, com a da doutora Juliane, os membros da mesa, assinamos e isso é encaminhado à prefeitura, a prefeitura é protocolado, ou seja, tem lá o dia e quem recebeu, só que esses documentos não estão sendo destinados a quem por direito, só para simplificar, a foto que recebi foi uma indicação do Porquim, no dia 11 de fevereiro, chegou na prefeitura, ou melhor, foi despachado para o executivo no dia 12 de março, um mês, então é um assunto muito sério porque alguns documentos tem o prazo, eu já passei para a secretária do executivo, ela nem mandou um áudio, então não deu tempo de eu ouvi-lo, mas a partir de amanhã eu vou apurar o que está acontecendo, porque isso é prejudicial, isso pode dar um problema para o prefeito sério, então nós temos que ver aonde está partindo esse erro, porque faça indicações, faça requerimento, tem

requerimento principalmente, são 15 dias para o executivo responder e alguns foram feitos e não obtivemos a resposta, então isso é muito sério, então só estou levando à tona, porque às vezes as pessoas acham que nós estamos aqui para pôr panos quentes e poupar esse ou aquele, de maneira nenhuma, a nossa parte está sendo feita, então está o protocolo aqui e o protocolo da prefeitura de quem recebeu, não sei quem está responsável na distribuição, então isso é coisa muito séria, muito séria, eu gostaria que as pessoas fossem um pouco mais responsáveis, porque isso não tem outro nome, é falta de responsabilidade, como o próprio Clodô disse, infelizmente tem profissionais aí que não está fazendo jus e o prefeito tem que tomar medidas e essas medidas vão ser drásticas, infelizmente, ou ele toma as medidas cabíveis e necessárias ou o negócio pode complicar para o lado dele, isso foi até um meio de esclarecimento e até para quem estiver fazendo esse tipo de, tendo esse tipo de atitude dentro do executivo para que se vigie, não quer trabalhar, não quer colaborar, peça para sair, seria o mais ético. Também gostaria de deixar aqui um agradecimento ao Renato do trânsito, eu me procurei ele também por alguns pedidos e algumas reivindicações e ele prontamente me atendeu e ele vai me dar o retorno, porque são pedidos de munícipes. Ninguém mais fazendo uso da palavra, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente sessão ordinária.



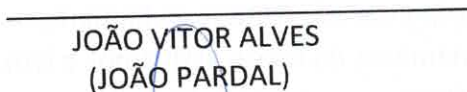
GILSON MOREIRA



ANTÔNIO CARLOS LEITE



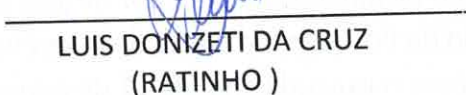
CLODOALDO SANTANA DA SILVA



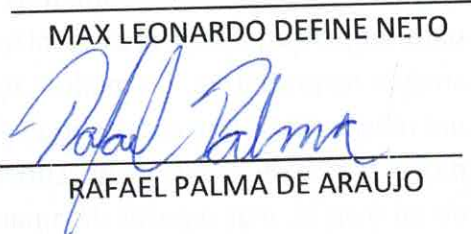
JOÃO VITOR ALVES
(JOÃO PARDAL)



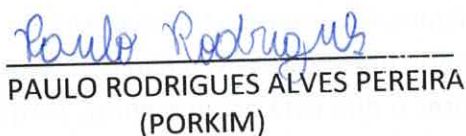
JULIANE FERNANDA POMPILIO



LUIS DONIZETI DA CRUZ
(RATINHO)



MAX LEONARDO DEFINE NETO



PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA
(PORKIM)

RAFAEL PALMA DE ARAUJO



SEBASTIÃO ATÍLIO DA SILVA
(NEGO DA MARUCA)



VITOR FÁVARO TONETTO



